Ata nº 22/2019

Aos vinte e quatro dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às dezenove horas, reuniram-se nesta Casa Legislativa, sob a presidência do vereador Gilmar Lopes de Souza, os vereadores Gelso Soares de Brito, Isabel de Oliveira Elias, Jane Elizete Ferreira Martins da Silva, José Sérgio de Carvalho, Loreno Feix, Sandro Drum e Teodoro Jair Dessbessel. Registrou-se a ausência do vereador Jucimar Borges da Silveira, que apresentou atestado médico. O Presidente solicitou à secretária Jane que fizesse a leitura de um texto bíblico que em pé foi ouvido. Posteriormente a secretária fez a leitura da Ata nº 21/2019 que foi posta em discussão, votação e aprovada por todos os vereadores presentes. A secretária fez a leitura do Requerimento para uso da Tribuna Livre. O presidente abriu espaço para a Tribuna onde Elivélton do Reis Noi falou sobre sugestões de proposição para serem encaminhadas ao Poder Executivo. A secretária fez a leitura do Ofício do Poder Executivo nº 237/2019 – Encaminha esclarecimentos sobre o Projeto de Lei nº 2534/2019; e da Mensagem nº 232/2019 – Gabinete da Secretaria de Segurança Pública. Projeto de Lei do Executivo n° 2532, de 23 de maio de 2019 – Reestrutura a Política Municipal de Proteção aos Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo e o Conselho Tutelar, que veio com parecer favorável das duas Comissões. A secretária fez a leitura da Mensagem Retificativa e da Emenda Aditiva Modificativa ao Projeto de Lei, que foi posta em discussão, votação e aprovada por todos os vereadores presentes. O presidente colocou em discussão o Projeto de Lei do Executivo nº 2532/2019 com as respectivas Mensagem Retificativa e Emenda Aditiva Modificativa, foi posto em votação e aprovado por todos os vereadores presentes. A secretária fez a leitura do Projeto de Lei do Legislativo nº 4, de 14 de junho de 2019 – Reestrutura o plano de carreira dos servidores do Poder Legislativo de Salto do Jacuí, dispondo sobre o quadro de cargos e funções, e dá outras providências, que veio com parecer favorável das duas Comissões, foi posto em discussão, votação e aprovado por todos os vereadores presentes. Estão baixados nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo n° 2531, de 22 de maio de 2019 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar processo seletivo simplificado e contratar por tempo determinado, por excepcional interesse público, nos termos do art. 37, IX da Constituição Federal e art. 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo n° 2534, de 28 de maio de 2019 – Altera o art. 1° da Lei Municipal n° 2481 de 21 de maio de 2019 e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo n° 2535, de 07 de junho de 2019 – Autoriza o Poder Executivo Municipal criar cargos e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo n° 2536, de 07 de junho de 2019 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo n° 2537, de 07 de junho de 2019 – Autoriza o Poder Executivo municipal criar cargos e dá outras providências; Projeto de Lei do Executivo n° 2538, de 12 de junho de 2019 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar a abertura de crédito adicional especial no valor de R$ 2.070,00 (dois mil e setenta reais) e dá outras providências; e Projeto de Lei do Executivo n° 2539, de 13 de junho de 2019 – Autoriza o Poder Executivo municipal a realizar a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) e dá outras providências. Está baixando nas Comissões: Projeto de Lei do Executivo n° 2540, de 18 de junho de 2019 – Autoriza a contratação emergencial temporária, por tempo determinado, na forma do artigo 37, IX da Constituição Federal e artigo 76 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências. Não houve Tribuna Parlamentar. Nada mais havendo a se tratar, às vinte e uma horas e quinze minutos, o presidente encerrou os trabalhos e vai a presente Ata lavrada e assinada por quem de direito: